

Trajetórias e negociações de refugiados venezuelanos LGBTQIA+ no Brasil

Trayectorias y negociaciones de refugiados venezolanos LGBTQIA+ en Brasil

Cleiton Luis Dornelas Pereira¹

RESUMO

Este trabalho analisou as trajetórias de Jonny e Edyllianne, refugiados venezuelanos LGBTQIA+, e as negociações que eles tecem com o Estado brasileiro e com a sociedade a fim de “reabitar o mundo”. Para responder aos questionamentos propostos foi empregada a metodologia histórias de vida. Por meio desta, foi possível perceber que as negociações desses refugiados começam em seus locais de origem e têm, como pano de fundo, suas sexualidades/identidades, que tornam-se matizes importantes em suas trajetórias enquanto refugiados e em suas negociações com o Estado, com a sociedade e com a vida.

Palavras-chave: Refúgio. LGBTQIA+. Negociações. Identidade. Sexualidade.

RESUMEN

Este trabajo analiza las trayectorias de Jonny y Edyllianne, refugiados venezolanos LGBTQIA+, y las negociaciones que tejen con el Estado y la sociedad brasileña para “rehabitar el mundo”. Para contestar a las preguntas propuestas se ha utilizado la metodología de historias de vida. A través de las mismas, fue posible percibir que las negociaciones de estos refugiados comienzan en sus lugares de origen y tienen como trasfondo sus sexualidades/identidades, las cuales se vuelven matices importantes en sus trayectorias como refugiados y en sus negociaciones con el Estado, con la sociedad y con la vida.

Palabras clave: Refugio. LGBTQIA+. Negociaciones. Identidad. Sexualidad.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cleiton.ornelas@hotmail.com

Red académica: <https://orcid.org/0000-0002-3604-3913>

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a concessão do instituto do refúgio a sujeitos LGBTQIA+² partem, inicialmente, de países do Norte global, que passaram a compreender, sobretudo, a partir da década de 1990, que sexualidade e identidade poderiam motivar perseguições a esses sujeitos (Nascimento, 2017; Andrade, 2017). Mais tarde, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, doravante ACNUR, pautou o tema em uma de suas Diretrizes³, pedindo que tomadores de decisão tivessem um olhar atento às questões de gênero e sexualidade diante de um solicitante de refúgio. As discussões acadêmicas, por outro lado, partiram, especialmente, de uma ótica jurídica, que buscava compreender o momento do encontro entre o refugiado LGBTQIA+ e os tomadores de decisão (Noll 2006; Herlihyand e Turner 2007; Millbank, 2009). Esses autores se ancoraram em aspectos jurídicos e nas dificuldades que esses refugiados tinham e têm de provar suas sexualidades/identidades para agentes do Estado.

Essa perspectiva é importante, pois lançou luz nas trajetórias e demandas de sujeitos que sofrem algum tipo de perseguição em seus locais de origem devido à sexualidade/identidade. Ademais, conseguiu fazer com que sujeitos LGBTQIA+ pudessem ser percebidos, do ponto de vista da legalidade, como parte de um grupo social sujeito a perseguições⁴. Atualmente, essa é uma compreensão amplamente empregada por países, incluindo o Brasil (Nascimento, 2007).

Entretanto, tal abordagem pouco nos permitiu captar as nuances do acolhimento após o encontro refugiado-agente de Estado. Ademais, operou, por vezes, no campo de um pensamento colonialista, opondo “nós”, sujeitos civilizados de democracias do Norte global, daqueles países percebidos como bárbaros, homofóbicos (França, 2017).

Torna-se imperativo ressaltar que o reconhecimento de refugiados devido a suas sexualidades/identidades possui, ainda hoje, o ônus de que eles provem suas dissidências sexuais/identitárias para um agente de elegibilidade no país de destino. Ademais, nos locais de destino, estes sujeitos enfrentam outras formas de exclusão, como racismo, preconceito, precarização do trabalho,

2 Opto por adotar a sigla LGBTQIA+, ciente das limitações e problemáticas que apresenta. Primeiramente, porque acredito na potência política do termo e nas conexões que tem sido capaz de estabelecer entre as identidades sexuais e de gênero. Entretanto, não desconsidero que, assim como o termo queer, a categoria LGBTQIA+ parta de um local situado e apresente limitações para descrever as experiências vividas por esses sujeitos.

3 Diretrizes são espécie de guias, emitidas pelo ACNUR para países signatários do Estatuto de 1951, que buscam estabelecer uma consonância entre os países. Elas não têm valor jurídico, estabelecem apenas formas de conduta.

4 Para o Estatuto do Refugiado de 1951, refugiado é todo aquele que deixou seu país devido a fundados temores de perseguição em razão de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou grupo social.

pouco acesso a serviços públicos, barreira linguística e, muitas vezes, a “volta para o armário”, como têm sugerido alguns estudos empíricos no Brasil (Antonucci, 2020; Andrade, 2017).

Dados de 2020 do ACNUR apontaram números recordes de pessoas que foram forçadas a deixar seus locais de origem e a buscar refúgio em um outro país. Hoje, 82,4 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus lares, o que equivale a 1% da população mundial⁵. Instabilidades socioeconômicas, conflitos étnicos e guerras contribuem para que esse número continue aumentando.

Dentro dessa massa de refugiados, há aqueles cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero não se enquadram ao padrão heteronormativo. Podem, também, ser sujeitos que vivem em regiões onde relações afetivas e sexuais entre adultos do mesmo sexo, assim como a expressão destoante de suas identidades de gênero, são criminalizadas. Alguns destes Estados mantêm, ainda hoje, a pena de morte. A sexualidade/identidade são, portanto, marcadores da diferença que têm importância nos processos de deslocamentos forçados, inclusive para aqueles que deixam seus locais de origem por outras razões.

Por esse motivo, a proposta deste artigo é apresentar as negociações que refugiados LGBTQIA+ venezuelanos teceram e tecem com o Estado brasileiro para “habitar o mundo”. Por “negociação da realidade”, nos ancoraremos teoricamente em Gilberto Velho (1994), que analisa as interações sociais nas sociedades modernas através de suas redes de sociabilidade e as possibilidades de negociações criadas nos diversos planos sociais. Para ele, a própria ideia de “negociar” implica reconhecer a diferença nas estruturas dessas sociedades. Por “habitar o mundo”, nos valeremos de Veena Das (2020), que propõe uma descida ao ordinário, à vida de pessoas que passaram por eventos críticos que acometeram suas vidas. Para Das (2020), descer ao ordinário dessas pessoas nos ajuda a compreender como elas reconstroem seus mundos e, sobretudo, como elas os reabitam. A autora indaga o processo de tornar-se sujeito de um mundo após perder seu próprio mundo.

Para respondermos aos questionamentos propostos, nos valeremos da metodologia história de vida. Toda essa pesquisa desenrolou-se durante o ápice da pandemia de COVID-19 e a metodologia fez oportuna, pois nos possibilitou conversas por meios digitais, como plataformas de áudio e vídeo⁶. Ademais, acompanhei por quase dois anos, diariamente, as redes sociais de meus interlocutores. Para Bispo (2016), uma etnografia *person-centered*, focada na vida de poucos sujeitos, pode ser uma ferramenta

5 Os dados estão disponíveis em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em 20 de julho de 2021.

6 Foi dada a opção de fazer as entrevistas em português ou espanhol e todos os interlocutores optaram pela entrevista em língua portuguesa.

apropriada para compreender aspectos socioculturais mais amplos. Para ele, apesar das críticas de Bourdieu (1986) quanto a uma possível narrativa linear e orientada, existente nos modos de relatar biografias, este é o método que ainda permite captar aspectos emocionais da vida desses sujeitos e os sentidos que eles dão a suas trajetórias (Bispo, 2016).

Ademais, conforme propõe Becker (1999), histórias de vida são como uma peça de um mosaico, podendo ser compreendida objetiva ou subjetivamente. Dessa forma, uma história de vida pode ser percebida como uma dessas pequenas peças. Ela nos ajuda a compor o todo, embora tenha forma, cor e espaço específicos. Uma observação atenta dessa peça pode nos permitir apreender um espectro mais amplo de determinada realidade, fornecendo-nos novos insights dentro de um mesmo contexto. Além do mais, para Bispo (2016), as histórias de vida permitem dar mais vozes para que os sujeitos pesquisados construam suas próprias narrativas, sobre si e sobre o mundo, paralela aos discursos oficiais, revelando aspectos profundos da vida desses sujeitos que são deixados de lado no cotidiano.

Logo, apresentaremos, neste artigo, as trajetórias de Edyllianne, mulher trans venezuelana e Jonny, homem cis-gay, também venezuelano. Ambos os interlocutores vieram para o Brasil devido às instabilidades econômico-sociais do país vizinho. São trajetórias marcadas por temporalidades e interseccionalidades próprias e que só podem ser percebidas a partir de uma “descida ao ordinário” desses sujeitos.

As narrativas são recorte de minha dissertação de mestrado intitulada *Corpos em (des)locamento: refugiados LGBTQIA+ no Brasil*, defendida em 2022, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Os dados foram coletados de 2020 a 2022 por meio de entrevistas semiestruturadas, trocas de mensagens em aplicativos de texto e áudio e interações nas redes sociais durante dois anos.

Este artigo está dividido em três capítulos. No primeiro, discutiremos aspectos metodológicos, a apreensão da trajetória de sujeitos em deslocamento forçado em um contexto pandêmico. No segundo capítulo, traremos a trajetória de Jonny e as negociações que ele estabelece com o Estado brasileiro, com a sociedade e a vida. Por fim, as narrativas de Edyllianne, sua chegada ao Brasil e os desafios de “habitar o mundo”, assumindo sua identidade em um país com contornos de violência contra pessoas LGBTQIA+, sobretudo, mulheres trans.

7 Os nomes dos interlocutores foram trocados para proteger suas identidades.

NARRATIVAS EM (DES)LOCAMENTO: O EU EM MOVIMENTO

No contexto de migrações forçadas, as histórias de vida são um instrumento potente, pois representam o momento e o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Ingold (2013) nos diz que somos construídos pelos diversos movimentos que inter cruzam nossas trajetórias. Esses movimentos têm reflexos na forma em que estamos “habitando o mundo” e, por esse motivo, não é possível apreender uma história de vida de forma finita, pois estaríamos o tempo todo nos deslocando e, conseqüentemente, nos refazendo. Esses deslocamentos físicos causam, de certo modo, deslocamentos subjetivos que vão reconstruindo esses sujeitos. Logo, compreender as narrativas de sujeitos que estão em movimento, como migrantes e refugiados, demanda a sensibilidade de apreender o que está por vir.

Para Eastmond (2007), há duas categorias analíticas a serem levadas em conta quando estamos diante da história de vida de um refugiado. A “vida vivida” e a “vida contada”; neste último caso, ela nos diz que importa a forma como os sujeitos enquadram suas experiências e as articulam em um determinado contexto, visto que as trajetórias do passado são sempre narradas no presente e, conseqüentemente, são moldadas por esse presente em movimento. A experiência do refúgio faz, necessariamente, que as pessoas pensem em suas vidas, instigando, constantemente, a reelaboração de uma história sobre si mesmo, do que foi e do que está por vir.

Na concepção de Ingold (2013), a construção de si mesmo e dos outros através de nossos deslocamentos seria a nossa própria história, a produção de nós mesmos. Ora, se nos construímos ao longo de nossas trajetórias, não podemos esperar que uma história de vida se complete, pois há sempre o que está por vir. Apreender este devir é parte da tarefa do pesquisador, que se abre a aspectos subjetivos da trajetória desses sujeitos. Ao longo das conversas que estabeleci com meus interlocutores percebi como o contínuo movimento faz parte de suas trajetórias para “habitar o mundo”. Ademais, percebi as diferentes camadas de “vidas” que esses sujeitos decidem expor para negociar com o mundo. Essas camadas seriam aspectos de suas vivências que eles decidem expor por meio de redes sociais, de seus relatos e através do que era dito sobre eles em suas redes sociais. Para Ingold (2013), esse movimento, que é feito pelo ser humano o tempo todo, se inter cruzando com os movimentos do mundo e produzindo, dessa forma, suas trajetórias.

Ao acompanhar a vida Jonny e Edillyanne, por meio de suas narrativas e suas redes, pude perceber as diversas camadas que se interpõem e constituem seus selves, assim como as conexões que estabelecem ao longo de suas trajetórias. As fotos e frases que compartilhavam em seus cotidianos, as reuniões que faziam com outros refugiados e os desafios no (des)locar-se diário, durante uma pandemia, foram diferentes formas de conhecer o

mundo a partir de suas próprias perspectivas. Uma outra forma de “estar lá”, embora não mediada pela minha presença física ao lado deles.

Por fim, importante ressaltar o impacto da pandemia na trajetória desses sujeitos em (des)locamentos. De acordo com Weidner Maluf (2021), sujeitos mais precarizados seriam as vítimas mais fatais da pandemia. Migrantes e refugiados não escaparam dos efeitos perversos da pandemia e dos controles sanitários que, historicamente, são utilizados como meio de exclusão dessa população pelos Estados. Antonucci (2021) acompanhou a trajetória de uma refugiada lésbica durante os primeiros meses de pandemia e mostrou como refugiados, no caso LGBTQIA+, sofreram com seus efeitos. A impossibilidade de mover-se em busca de outras oportunidades, o desemprego e a precariedade foram traços marcados na trajetória da refugiada. Se os refugiados que já estavam no Brasil sofreram com o impacto da pandemia, para aqueles que estavam se deslocando foi ainda pior. Isso porque diversas fronteiras foram fechadas e a permissão de entrada de migrantes/refugiados no Brasil e em diversos países do mundo foi reduzida.

DO PROCESSO, SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE REFÚGIO

A Lei 9474/97 do Brasil determina que qualquer pessoa tem o direito de solicitar refúgio a uma autoridade brasileira que se encontre na área de fronteira. Essa autoridade é, em regra, um agente da Polícia Federal. O Art.7º, parágrafo 1º, garante ao sujeito que solicita asilo o direito a não ser deportado para o país onde sua vida ou liberdade se encontre ameaçada. O mesmo Artigo estabelece que o ingresso ao país por meios irregulares não impede a solicitação do refúgio às autoridades competentes, que extinguirão qualquer processo administrativo ou criminal devido à entrada irregular pelo solicitante de refúgio.

O pedido de refúgio deverá ser encaminhado para a Polícia Federal que emitirá um protocolo, dando ao refugiado o direito de residência provisória no Brasil. Esse direito é extensivo aos familiares e dependentes que estejam em território nacional. Esse protocolo permite que o refugiado solicite uma carteira de trabalho provisória, podendo, desta forma, exercer função remunerada.

Cabe ao Comitê Nacional para os Refugiados, CONARE, a competência de analisar e reconhecer, em primeira instância, a condição de refugiado, assim como determinar a perda desse status. O CONARE notificará o solicitante e a Polícia Federal sobre sua decisão. Em caso de deferimento, o refugiado será registrado pela Polícia Federal e poderá solicitar sua cédula de identidade. No caso de indeferimento por parte do CONARE, o refugiado poderá recorrer,

no prazo de 15 dias, ao Ministério do Estado da Justiça. Durante o prazo de recurso nessa instância, o refugiado e seus dependentes terão direito de permanecerem no Brasil. A decisão do Ministério da Justiça não caberá recurso, tampouco o envia de volta ao país que coloca sua vida ou liberdade em risco. Nesse caso, a pessoa ficará sujeita à lei do estrangeiro até que possa ser enviada a um país onde não haja risco de perseguição. A expulsão do território nacional está condicionada apenas a ameaça à segurança nacional.

O Brasil acolhe, desde 2002, refugiados perseguidos devido à sexualidade/identidade. Esses refugiados são provenientes, sobretudo, de países que ainda criminalizam relações entre pessoas do mesmo sexo. Durante minha pesquisa de mestrado, contrastei a trajetória daqueles refugiados que têm o ônus de provar sua sexualidade/identidade para um agente de elegibilidade com os venezuelanos, que chegam ao Brasil por outros motivos. Percebi que refugiados que solicitam refúgio devido à sexualidade/identidade tendem a temer, ainda mais, agentes do Estado. Isso porque são perseguidos por esses agentes em seus locais de origem.

NEGOCIAÇÕES INICIAIS DE JONNY

Jonny tem 37 anos, se auto identifica como um homem cis-gay e é proveniente da periferia de Maracaibo, cidade com mais de um milhão de habitantes ao noroeste da Venezuela. Eu queria perceber qual era a centralidade da sexualidade na vida de Jonny, suas interfaces com o refúgio e as negociações estabelecidas com o Estado brasileiro e com a sociedade para “habitar o mundo”. Jonny não entra no Brasil por conta de perseguição à sua orientação sexual, mas esta se torna importante na visão que ele fará de si mesmo aqui.

Jonny organiza sua história de modo a justificar sua saída da Venezuela e a decisão de vir ao Brasil. Quando ele conheceu seu ex-namorado brasileiro, a Venezuela já estava em crise. A linearidade em que coloca os acontecimentos de sua trajetória demonstra que a situação em seu país já estava se tornando insustentável economicamente, mas que a sexualidade tem uma centralidade nessa trajetória. Mais tarde, ele demonstra que sua sexualidade, seus desejos e sonhos não poderiam ser, completamente, realizados ali.

Na Venezuela, Jonny era professor substituto de filosofia, canto e religião. Cresceu em uma família católica, e ainda frequenta a igreja todas as semanas. Fez parte do coral desde pequeno, tocou violão e hoje participa das missas na cidade onde mora, tocando violão aos domingos. Ele me diz que sempre foi bem acolhido por todos na igreja. Chegou a ir para a universidade, mas não conseguiu terminar o curso de filosofia por questões financeiras. Quando as instabilidades econômicas e sociais acirraram-se na Venezuela, ele começou a buscar outras formas para complementar sua renda: “eu trabalhei de tudo,

tudo que você imaginar: em padaria, em restaurante, loja de roupa... tudo que oferecesse um salário a mais, de manhã até a noite”.

No nosso primeiro contato, em meio à pandemia COVID 19, Jonny fez piadas sobre as tarefas de casa. Ao mesmo tempo que testava sua câmera para que pudéssemos conversar, ele organizava suas roupas no pequeno quarto que aluga nos fundos de uma casa em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais. Ele me diz que teria que aproveitar o dia de folga da pizzaria onde trabalha como ajudante de cozinha, colocando a palavra folga entre aspas com as mãos, para faxinar seu quarto. Para ele, não existe dia de folga, mas apenas dia em que não trabalha fora de casa. Indaguei se em algum momento ele teria deixado de ir ao trabalho devido à pandemia. A disposição de suas coisas no quarto simples de onde fala já traz muito sobre a vida que leva hoje. É um espaço muito pequeno, com mobílias antigas e desgastadas pelo tempo, provavelmente, doadas. Entretanto, tudo era meticulosamente organizado, sendo possível ver decorações com flores de plástico sobre a mesa e tecidos coloridos sobre a pequena janela.

O início de sua narrativa não tem como pano de fundo uma sensação completa de inadequação e sofrimento em seu país por conta de sua sexualidade; ademais, ao focar em seu relacionamento com o então namorado brasileiro, ele fala de sua sexualidade a partir da conjugalidade que o teria motivado a deixar o país; ou seja, sua narrativa não é repleta das histórias de opressão e exclusão que muitos refugiados LGBTQIA+ vivem. Entretanto, ao tratarmos de seu “habitar o mundo” ainda na Venezuela, Jonny demonstra que eram necessárias negociações com sua sexualidade que, mais tarde, seriam superadas no Brasil, país que ele considera mais “liberal”.

Segundo a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado, a Venezuela é um dos países mais atrasados da América do Sul no que concerne a proteção e direitos de pessoas LGBTQIA+. O relatório de 2018 pede especial atenção para a população trans do país que não tem acesso a hormonioterapia e à alteração de seus nomes. Contudo, Jonny parecia administrar e negociar bem sua sexualidade a fim de não passar por possíveis hostilidades. Em um dado momento ele me diz que nunca foi dessas pessoas que “andam por aí rebolando”. Jonny consegue negociar mais com o normativo a fim de evitar ser estigmatizado pela sociedade venezuelana.

Em meio à pandemia de COVID 19 e os efeitos dela na economia e, consequentemente, no emprego, foi aprovado o auxílio emergencial pelo Congresso Nacional, sancionado pela Presidência da República, em abril de 2020. O objetivo do auxílio era o enfrentamento das consequências da crise na população mais pobre. O auxílio foi estendido a migrantes e refugiados. Para pessoas que moram sozinhas, como é o caso de Jonny, foram quatro parcelas de 150 reais no ano de 2021. Em 2020, foram quatro parcelas de 600 reais e mais três de 300 reais. O valor era depositado em uma conta digital para pessoas que não possuíam o cartão cidadão ou conta na Caixa Econômica Federal.

Acompanho, desde o início da pandemia, dois grupos de refugiados no Whatsapp, que moram na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Os dois grupos somam cerca de 300 pessoas e, durante esse período, pude perceber que os entraves burocráticos e a forma como foi disponibilizado o dinheiro impediram que muitas pessoas recebessem o valor. O acesso a um telefone celular, seguido das dificuldades com o idioma e as desinformações dos órgãos responsáveis foram fatores decisivos no não-acesso ao benefício. Nenhum dos meus interlocutores conseguiram o benefício, mesmo tendo sido afetados pela crise. Jonny disse não ter conseguido receber a ajuda, precisando trabalhar ainda mais, embora recebendo menos. Já Edyllianne não conseguiu o benefício por estar empregada como camareira de um hotel naquele momento. Dois meses depois, Edyllianne foi contaminada pelo vírus COVID 19 e foi demitida por apresentar um atestado médico. Segundo ela, os motivos seriam a transfobia, pois dentre os funcionários que apresentaram o atestado, ela teria sido a única demitida.

Após alguns minutos de conversa com Jonny comecei a perceber que suas negociações para acessar o refúgio no Brasil estavam, de alguma forma, ligadas às negociações que ele estabelecia no plano sentimental. Sua vinda para o Brasil é motivada, sobretudo, pelo agora ex-namorado, brasileiro. Ter negociado sua vinda para o Brasil por meio de uma rede de afeto e da conjugalidade, de alguma forma, fazia com que Jonny buscasse se afastar dos estigmas que carregava consigo mesmo do que é ser um refugiado. Por isso, no início da entrevista ele me adverte:

Então, então, para começar, já pediram que eu desse relato sobre minha vida antes, mas a minha história é um pouco diferente. Eu, graças a Deus, não tive que passar por um processo difícil para chegar aqui em Brasil porque eu vim para namorar. Meu ex pagou minha passagem para eu vir aqui para o Brasil. Eu cheguei diretamente para morar na casa dele. Eu tive, por assim dizer, um acolhimento desde que cheguei, comecei a conhecer pessoas... consegui trabalhar. Foi diferente dos amigos que tenho em Belo Horizonte que vieram de ônibus, passando dificuldades... eu essa parte não tive (Jonny, entrevista, 22 de maio de 2021).

Nesse sentido, eu conseguia perceber que o argumento do amor, “eu vim por amor”, em suas próprias palavras, era uma maneira de dar mais dignidade a si mesmo; de afastar-se da imagem estigmatizante em torno da figura do refugiado. Ele me diz que não irá contar histórias tristes e de sofrimento, esse último, um mote interpretativo da vida de um refugiado. Essa percepção do mundo e de si mesmo é uma forma que ele, inserido em uma vida pauperizada, utiliza para habitar aquele mundo.

Aqui, cabem duas considerações importantes. A primeira delas diz respeito à redução das trajetórias migratórias a de um sujeito vítima, sem agência e movido pelas forças de expulsão de seu local de origem. Segundo Andrade

à redução das trajetórias migratórias a de um sujeito vítima, sem agência e movido pelas forças de expulsão de seu local de origem. Segundo Andrade (2017), os estudos desconsideravam, até recentemente, as experiências, os desejos e as emoções que permeiam as trajetórias de migrantes e refugiados. Ou seja, mesmo em um contexto de refúgio existem nuances que permeiam essas trajetórias e que passam pelos desejos e emoções, pela tentativa de reabitar o mundo longe dos estigmas de ser um refugiado.

Para Veena Das (2008), constitui-se agência humana as múltiplas possibilidades diante das assimetrias e é por meio dela que ressignificamos o sofrimento e a dor dos nossos cotidianos. A emoção, o desejo e o afeto de Jonny são sentimentos que mobilizam sua trajetória até o Brasil e ressignificam as múltiplas precariedades a que está sujeito na Venezuela e aqui. Nas palavras de Modesto (2017), a experiência de Jonny é uma forma silenciosa de resistência, logo é tão importante quanto a de pessoas que parecem se encaixar no ideário do que seria um refugiado esperado pelo Estado e apto a reivindicar “direitos”.

Durante quase dois anos de observação em grupos criados por refugiados no aplicativo Whatsapp de venezuelanos que vivem na cidade de Juiz de Fora, MG, percebi que as narrativas de sofrimento compõem suas trajetórias. Contudo, pude notar que em diversos momentos eles precisaram afastar-se do estigma do refúgio para “habitar o mundo”. Em uma mensagem de áudio, enviado durante a pandemia por uma das refugiadas, uma espécie de líder dentro de um grupo de quase duzentas pessoas, ela advertia que se você tivesse o protocolo de refúgio seria quase impossível alugar uma casa.

Por esse mesmo motivo, Edyllianne preferiu solicitar a autorização de residência temporária ao refúgio. Segundo ela, algumas amigas que já viviam aqui diziam que isso faria com que ela parecesse mais brasileira. A autorização de residência foi uma Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 19, de 23 de março de 2021, para facilitar a autorização de residência temporária de venezuelanos no Brasil e os deslocamentos entre as fronteiras, visto que muitos venezuelanos retornavam ao país de origem para levar ajuda a familiares. O documento tem validade de dois anos e, após este prazo, poderá ser convertido em residência permanente desde que o indivíduo não apresente registros criminais no Brasil e comprove meios de subsistência. No que tange direitos, segundo Jubilut (2007), uma das garantias mais importantes do Estatuto do Refugiado é assegurar que o solicitante não seja devolvido ao país de origem onde sua vida encontra-se ameaçada. Essa garantia não aparece nos termos da portaria para residentes temporários. Ademais, existe a necessidade de comprovar meios de subsistência após período de dois anos para garantia (...) Nos grupos de Whatsapp que acompanhei, vi relatos de refugiados que disseram ter sido induzidos por autoridades na fronteira para que solicitassem esse tipo de permissão ao invés do refúgio.

Analizando refugiados no continente europeu, Akin (2019) percebe que lá existe uma necessidade da construção do refugiado enquanto sujeito vulnerável, que precisa ser salvo por economias fortes e bem-sucedidas. Ao mesmo tempo, esse sujeito seria hierarquicamente superior a migrantes econômicos, por exemplo. Seria, portanto, uma outra forma de negociação. Aqui, onde existem tantas desigualdades sociais, os refugiados parecem querer superar essa figura e o fardo que ela carrega.

A sexualidade de Jonny também aparece como matiz importante na sua saída da Venezuela. Ela é, portanto, parte da narrativa que está entrelaçada à precariedade econômica. “Os alimentos eram escassos, não se encontrava e tal. Ai, eu encontrei essa pessoa de aqui, brasileiro, de aqui mesmo da cidade onde eu moro no sul de Minas, perto de Belo Horizonte.” Ele narra que aos poucos foi perdendo poder de compra até chegar a passar necessidades básicas. A sexualidade, o desejo e afeto, somados a ajuda financeira de seu ex-namorado são, portanto, características que somadas aos problemas estruturais do país compõem sua saída e suas negociações. São essas as negociações que Jonny faz, antes de vir ao Brasil, que o permite uma experiência de refúgio que foge das imagens de sofrimento.

Pisticelli (2016) abre um importante debate em torno do que chama de “economias sexuais”, por vezes, estigmatizadas de prostituição. Ao ampliar o debate sobre o assunto, ela percebe que existem intercâmbios nessas relações que funcionariam como uma espécie de “dádivas” e romperiam, inicialmente, com o vínculo sexo- dinheiro. Na lógica dessas trocas, com um olhar que chama a romper com tal estigma, Piscitelli (2016) abre dimensões de agência e estratégias criadas por esses sujeitos para negociar com a vida. Essas negociações ocorrem em nível transnacional, sobretudo, mulheres de países pobres em direção a países ricos. Nessas negociações estabelecidas por elas, amor, dinheiro e afeto são artefatos que fazem parte dessas mobilidades. Suas reflexões nos permitem pensar a trajetória de Jonny por meio dessa lógica. O amor pelo seu ex está embaralhado em aspectos econômicos e por meio dessas nuances percebemos como a dimensão do dinheiro opera nas assimetrias das relações que são estabelecidas.

Chegadas e temporalidades: objetividades e subjetividades das negociações

Ao contrário de refugiados LGBTQIA+ que solicitam refúgio por perseguição em razão da sexualidade/identidade, o início da narrativa de Jonny não tem como pano de fundo uma sensação completa de inadequação e sofrimento em seu país por conta de sua sexualidade; ademais, ao focar em seu relacionamento com o então namorado brasileiro, ele fala de sua sexualidade a partir da conjugalidade que teria o motivado a deixar o país; ou seja, sua narrativa não é repleta das histórias de opressão e exclusão que muitos refugiados LGBTQIA+ vivem. Talvez seja por essa razão que ele perceba sua

trajetória como “insuficiente” para minha pesquisa, tanto do ponto de vista da vida que levava antes, como da que leva hoje.

Sobre sua vida na Venezuela e a vivência de sua sexualidade, Jonny diz que,

lá era muito mais escondido. Eu tava na igreja, eu tinha meus amigos gays, mas sempre mais escondido. Falava para minha mãe que ia para casa de fulano, me arrumava e ia para balada. Era mais cuidadoso nesse sentido porque lá tinha muito preconceito, mas muito! E existe muito homofobia, sim! Não ponto de chegar a bater, a xingar, mas rejeitar você por ser diferente... era constrangedor (Jonny, entrevista, 22 de maio de 2021).

Em diversos momentos de nossas conversas, Jonny usa a palavra “constrangimento” para referir à situação de pessoas LGBTQIA+ na Venezuela. Pimenta (2019) analisou a mobilização do uso do “constrangimento” por pessoas trans solicitantes de alteração de nomes com o propósito de mobilizar empatia e compaixão dos tomadores de decisão, assim como justificar como gostariam de ser identificados. Jonny, também, mobiliza o “constrangimento” para se referir a como se sentia na Venezuela e, dessa forma, justificar sua saída. Dessa forma, constrangimento e sofrimento são aproximações e afastamentos nessas nuances de falar sobre como se habitava o mundo.

Jonny conhecia pouco sobre o Brasil antes de chegar aqui e suas percepções passam pelas telenovelas brasileiras exibidas no exterior.

O que eu conheço do Brasil, o que todo mundo conhece, o futebol, as imagens de Rio de Janeiro, de algumas novelas, Chocolate com Pimenta, ela foi transmitida lá, mas em espanhol, né? Ah, quando comecei a praticar português, foi com a novela, Chocolate com Pimenta, mas em português, né? Ah, conhecia um pouco, pouco, pouco música, Alexandre Pires, Daniela Mercori... o som dessa cidade sou eu... um pouco, pouco da cultura brasileira. Mas quando comecei a estar em contacto com ele (seu ex), comecei a pesquisar e quando eu cheguei aqui, no começo foi difícil, no começo só. Porque todo mundo estava conversando e me custava um pouco entender o que estaban conversando (Jonny, entrevista, 22 de maio de 2021).

Dessa forma, percebe-se como as telenovelas brasileiras operam no imaginário de sujeitos refugiados. Chocolate com Pimenta foi exibida em 2003 e conta a história de Ana, uma camponesa vítima de bullying por ser considerada feia e pobre. A trama histórica tem traços do conto A Cinderela, pois seu auge está no romance da caipira com o milionário proprietário da fábrica de chocolate. Ao retornar para a cidade natal rica e poderosa, Ana busca vingar-se das pessoas que um dia a humilharam. Nesse sentido, Ana muda sua trajetória por meio do amor romântico que dá um novo direcionamento para sua vida. Para Marcolino (2016), as novelas podem ser

apropriadas pelos expectadores como realidade, pois tendem a representar situações possíveis do cotidiano das pessoas. Para a autora, é isso que possibilita que as telenovelas entrem no dia a dia das pessoas, elaborando uma imagem que o ser humano faz de si mesmo e das aspirações que carrega consigo. Por isso, haveria um apelo das telenovelas pela ascensão social, retratando o desejo de grande parte da população de viver os dramas de uma família de classe média. Dessa forma, a identificação de Jonny com as telenovelas brasileiras passaria por esse imaginário de trajetórias fictícias que demonstram a superação das dificuldades, a aceitação pela sociedade de um dado sujeito. É, também, uma forma de negociação com a vida por meio da arte.

Jonny negociou sua chegada ao Brasil e não pediu refúgio assim que entrou no país. Apenas no dia seguinte, com amigos da Venezuela e seu namorado, foi à Polícia Federal. Apesar de não ter que revelar aspectos de sua sexualidade, ele descreve o medo diante das autoridades:

No dia seguinte, acordei às 5h da manhã e fomos para a Polícia Federal. Eu tinha duas malas e um violão. Peguei ônibus, metrô... quando eu cheguei, eu subi as escadas com essa senhora que agilizou o negócio e qual era meu sentimento? Era de nervosismo! Eu estava muito assustado. Eu estava, sabe? Como vai ser? Até a senhora me dijo, calma, está de boa...Qual era meu medo? Meu medo era, nossa, ele está chegando aqui, estrangeiro...vamos pegar ele, sabe? Quando saí da polícia, saí com o protocolo de refúgio. Foi maravilhoso, mágico! Depois a magia passou... (Jonny, entrevista, 10 de junho de 2021).

Apesar de não ter sido o caso de Jonny, diversos sujeitos LGBTQIA+ temem o encontro com as autoridades do controle migratório, conforme já foi descrito por França (2017) e Andrade (2017). Isso porque muitos refugiados LGBTQIA+ sofrem perseguições do Estado em seus locais de origem.

Para Das e Poole (2004), as fronteiras, assim como esses pontos de controle, são locais onde a soberania dos Estados se expressam em sua máxima, com todo potencial. O medo que tais controles provocam em migrantes e refugiados é, para as autoras, expressão da possibilidade de decidir sobre quem é admitido e quem não é. A atmosfera de medo criada nesses espaços é um modo de demonstração da soberania, ainda que nada aconteça. Atua, portanto, como uma pedagogia de um medo que se deve ter. Jonny diz ter sido muito fácil sua entrevista com o agente:

As perguntas que me fizeram era tipo, você trabalhava em que lá, na Venezuela, cuales son suas pretensões a morar aqui no Brasil. Só que, como eu te falei, como já tinha uma facilidade, eu vou morar com tal pessoa, esse o endereço de tal pessoa, o CPF de tal pessoa... então eles já pensaram, ah, ele vai ficar aqui, por *eso!* *Fue* muito fácil, na verdade. (Jonny, entrevista, 10 de junho de 2021).

Percebo nessa fala que, para Jonny, o policial identificou as razões pelas quais ele estaria no Brasil. “Ele vai ficar aqui por eso” demonstra que o “eso” refere-se ao seu relacionamento ou a sua sexualidade. É como a sexualidade/identidade é lida por esses agentes que faz com que muitos sujeitos LGBTQIA+ tenham esse encontro. James Scott (1985), analisando as formas de resistência no cotidiano de camponeses no nordeste da Malásia, percebe que existe uma forma de resistência que vai para além daquela que estabelecemos diretamente contra o Estado. É uma espécie de resistência cotidiana, que Scott vai chamar de “o poder dos fracos”. Esse “poder” passaria pela mentira, pela fofoca, pela enganação e pelo trapaceio. São histórias dentro de histórias que são mobilizadas pelos “fracos” para diminuir as assimetrias de poder cotidianas.

Após conseguir o protocolo de refúgio, a primeira coisa que Jonny fez foi conhecer o Rio de Janeiro.

Quando cheguei aqui no Brasil, já na primeira semana, eu fui para conhecer Rio de Janeiro. E eu vendo casais de homens, casais de mulheres andando de mãos dadas, eu também fui de mãos dadas na rua, e eu andava assim até tremendo, falei, gente o que o povo vai achar, van me bater, van me xingar, qualquer coisa, sabe? Foi uma sensação nova, sabe? (Jonny, entrevista, 22 de junho de 2021).

A percepção de Jonny sobre o Rio de Janeiro fala muito sobre seu local de origem. Ele experimenta uma nova forma de viver sua sexualidade. Ele percebeu que, ao menos no Rio de Janeiro, não precisaria negociar no sentido de esconder sua sexualidade, como acontecia na Venezuela. Mostra, ainda, que ele temia ser agredido, medo que também era constante em seu país de origem. Jonny descreveu esse momento como “mágico” e que, mais tarde, acabou. Um ano após chegar ao Brasil, seu então namorado terminou o relacionamento.

Quando meu ex-namorado me largou e falou, Jonny quero que siga sua vida e eu quero seguir a minha, não sei o que. Daí, os próximos dias todo mundo começou a me chamar de coitado. E todo, ai coitado... coitado, porque? Nossa porque você saiu do seu país e agora você está sozinho. Gente, eu não estou sozinho, porque eu já fiz amizade, eu to bem, eu saí da casa donde eu morava com ele e aluguei um quarto. Eu me senti nesse sentido como se eu tivesse vindo sozinho e todo mundo, ai coitado (Jonny, entrevista, 22 de junho de 2021).

Uma vez mais, Jonny busca combater a figura de “coitado” quando fica sem a rede de apoio que contava no Brasil. Ele parece incomodado com o fato de ser percebido como alguém que se encontra sozinho, em um país distante do seu. Parece ser nesse momento que Jonny passa a ser percebido, pela sociedade e por ele mesmo, como um refugiado genuíno. Evocando Butler (2019) e Fassin (2011), o Akin (2010) vai pensar nas estruturas que constituem

as políticas de vidas precárias, dignas de salvação e das chamadas políticas humanitárias. Ser deixado pelo namorado parece ser a chave dessa compreensão na trajetória de Jonny que, até então, nem se percebia como refugiado. Para Akin (2010), ser elegível para ter o status de refugiado e ser percebido como um refugiado genuíno seriam coisas diferentes. “In other words, an asylum seeker becomes a refugee when her life is considered losable, when the person is rendered precarious” (Akin, 2010, p. 28).

Eu, no caso aqui donde eu moro, é uma cidade muito, muito pequena, só seis mil habitantes, ya todo mundo me conhece, sabe que eu sou assumido... mas assim, eu não ando pela rua rebolando, nem nada e tal, mas eles sabem que sou gay. Temos, como que fala, temos uma convivência muito boa. Todo mundo me chama aqui, me chama lá, todo mundo fala comigo. A diferença de um país pro outro é que aqui você se expõe mais que lá (Jonny, entrevista, 7 de agosto de 2021).

Jonny parece continuar negociando com sua sexualidade para ser aceito por sua comunidade, embora, no Brasil, não precise mais esconder aspectos de sua sexualidade. Contudo, uma vez mais ele evita o estigma de ser alguém que “anda rebolando” pela rua e negocia sua sexualidade e identidade para “habitar o mundo” na pequena cidade em que vive. Sobre o futuro ele fala, uma vez mais, sobre o sonho de se casar-se. Mais uma vez, o “sonho” mobilizando as narrativas de si.

Então, um dia sai (o casamento), mas vou até falar só uma coisa: eu me considero um gay estranho. Por quê? Porque eu quero, tipo, o que já não tem, um pretendente, detalhes, chocolate, flores... romanticismo. Agora não, agora você chega, conhece alguém, alguma rede social, Facebook, Instagram... qualquer rede social e o primeiro já mostra o pau. Ai isso me desespera! Meu ex me largou depois de um ano (que cheguei o Brasil) e já vou fazer quatro anos de solteiro porque está muito difícil. Nesse meio que está tudo mais acessível, a carne está mais acessível... está muito difícil! As pessoas que têm que cuidar do que tem. Eu passei oito anos da minha vida com alguém na Venezuela, foi maravilhoso! Eu quero isso, algo duradouro. Então, Brasil tem muitas opções. Tem, tipo se você quiser ser puta, vai ser puta... se quer ser trabalhador em alguma sociedade, tem. Eu falo que o Brasil tem liberdade, mas também tem mais consequências. Eu estou esperando a coisa certa (Jonny, entrevista, 10 de agosto de 2021).

Essa passagem demonstra a importância da conjugalidade nas negociações que Jonny estabelece em sua trajetória. A “liberdade” no Brasil viria com o fardo da efemeridade, algo contrário ao que ele busca. Logo, a saudade de viver aquilo que viveu na Venezuela por oito anos. Ainda que aquele relacionamento acontecesse de forma velada e não fosse aceito no mundo onde ele habitava. É nesse sentido que devemos nos ater às promessas de

felicidade e liberdade que operam em discursos hegemônicos do Ocidente que evoca a salvação a refugiados LGBTQIA+. Existem diversas camadas que compõem a trajetória desses sujeitos, que assumem diferentes centralidades em suas biografias e que nem sempre são preenchidas pelo deslocamento físico.

Por fim, o peso dos “papeis do Estado” para Jonny é fonte de angústias e incertezas:

Quando eu vim para Minas, você conhece uma cidade que se chama Varginha? Então, em Varginha é que eu estou fazendo minha renovação. E aí eu renovei ela três vezes. Só que agora meu amigos me estão falando que eu posso pedir o RNE, Registro Nacional de Estrangeiro, só que, só que, eu tenho documento vencido, porque veio a pandemia e não teve como eu ir, mas eles falaram assim, eu estou confinando neles, que todas as pessoas que estão vencidas, por causa da pandemia, não está valendo. Tem gente que me pergunta que porque eu não vou lá em Juiz de Fora para atualizar, mas como já fui duas vezes lá em Varginha... só que anteriormente, você ligava e eles agendavam e agora tem que mandar email. O bendito email que já mandei umas três vezes e nunca me mandam de volta. Então, está muito difícil porque para eu ir lá vou gastar em unos duzentos reais. Eu estou vivendo todos esses dias muito nervoso. Eu estou dormindo e sonhando e de repente, ah, protocolo de refúgio. Eu acordo assim do nada porque sei que não está em dia. Isso gera uma tensão. Se você tiver algum jeito de saber também onde vou, se tiver algum número... porque eu estou nervoso, muito nervoso (Jonny, entrevista, 20 de agosto de 2021).

Para Das e Poole (2004), é a própria burocracia do Estado que coloca Jonny nesse lugar de “irregularidade”. Segundo as autoras, os documentos que incorporam a elegibilidade dos sujeitos, restringem a vida de refugiados e migrantes, incorporando formas de vida. Elas falam, ainda, da morosidade como a gestão do tempo feita pelo Estado. Essa espera atuaria como uma pedagogia, operando entre tornar-se membro e pertencer a um Estado. Ora, na trajetória de Jonny, percebemos o quanto os documentos incorporam um modo de vida. Ter o status de refugiado não permite que ele visite sua família, por exemplo. Para ele, regularizar sua situação no Brasil seria o acesso ao RNE, espécie de identidade de estrangeiro que dá direito à moradia temporária ou definitiva em território nacional. Em 2019, esse documento foi modificado pela Polícia Federal, passando a se chamar Carteira de Registro Nacional Migratório. Contudo, deixar de ser refugiado também inclui perdas de direitos.

A pandemia de COVID 19 afetou, duramente, refugiados e, sobretudo, refugiados LGBTQIA+. Jonny não recebeu o auxílio emergencial e durante a pandemia trabalhou menos, o que resultou em uma diminuição em seu salário. Consequentemente, não pôde enviar ajuda para sua família, que continua na

Venezuela. Sobre seus planos para o futuro, Jonny diz: “eu pretendo ficar no Brasil até achar um marido (risos). Eu já falei com minha família, eu já passei muito tempo aqui, eu espero regularizar o meu documento, sei lá. O mais fácil é casar. Quando eu regularizar, quero ir ver minha família”.

O casamento aparece como possibilidade de permanência no país e o caminho mais fácil para permanecer no Brasil. Piscitelli (2016) percebeu essa mesma dinâmica acompanhando os deslocamentos de mulheres brasileiras que encontraram no casamento com homens europeus a possibilidade de conseguir regularização migratória. Para a autora, dinheiro, sexo e amor entremeiam-se em um terreno ambíguo. Os relacionamentos com os estrangeiros tendem a estar marcados pelo interesse econômico. Mas, tingidos por noções de gênero, etnicidade e cor, podem também envolver romantismo e uma certa idealização, combinada com o desejo de residir fora do Brasil (Piscitelli, 2016, p. 723).

Dessa forma, a trajetória de Jonny é marcada por essas noções que misturam a ideia de uma conjugalidade romântica, ao mesmo tempo que seria a possibilidade de regularização definitiva de seu status migratório. Soma-se a isso, o caráter da transitoriedade, que é colocado por Sayad (1999) como uma das marcas que acompanham o migrante. Ao mesmo tempo que deseja voltar para seu país, ele sabe que poderia ser mais uma pessoa em sua família passando por necessidades básicas. Desse modo, permanece aqui, sem saber por quanto tempo. Seu status de provisoriedade lhe é lembrado todas as vezes que necessita renovar seu protocolo de refúgio. Não sabe, exatamente, até quando ficará no Brasil. Se será para sempre ou apenas mais alguns meses, ou anos. Não sabe se será esquecido em seu país, pela sua família, por aqueles que ainda não conheceu. Dessa forma, permanece, diariamente, (des)locado.

EDYLLIANE: (DES)LOCAMENTOS, SILÊNCIOS E RUPTURAS

Meu primeiro contato com Edillyanne foi através da rede social Facebook onde ela tinha dois perfis, sendo que, em um deles se identificava como mulher trans venezuelana de 27 anos, vivendo no Brasil. O outro perfil na rede trazia poucas informações sobre ela. Eu a adicionei na rede social que continha centenas de publicações e, inclusive, narrava o passo-a-passo de sua trajetória como refugiada que chegou ao Brasil em 2018. Contrastando as temporalidades, Edillyanne é a mais nova.

Uma fotografia em especial havia me chamado a atenção. Tinha como legenda, em tradução livre, “minha fina nacionalidade brasileira”. Era a

Cédula de Identidade de Estrangeiro, documento com validade de dois anos, expedido pela Polícia Federal a sujeitos refugiados. Nela, havia uma fotografia de Edillyanne, com cabelos curtos, sem a retificação de seu nome em conformidade com sua identidade. Essa era uma camada de sua vida que era diferente das postagens mais recentes. As mensagens de “boa sorte”, abaixo da fotografia do documento de identidade, se destinavam ora a Edillyanne, ora a Edgar. Mais tarde, ela me disse que não teve coragem de solicitar refúgio usando seu nome em conformidade com sua identidade de gênero. É, também, uma forma de negociação com o Estado no momento de encontro com o agente de elegibilidade. Sua aparência hoje, uma mulher de cabelos longos, demonstrava que os deslocamentos desses sujeitos não são apenas físicos, entre fronteiras.

Notei que quando se tratava de falar de sua trajetória, a vida que levava antes, havia um silêncio em sua narrativa. As frases ficavam incompletas e eu não conseguia capturar a Edillyanne das redes sociais e a que estava falando comigo. Suas frases eram reticentes, carregadas de termos vazios, como “normal” e “assim”. Logo, necessitava compreender qual seu sentido de “habitar o mundo” físico e o que ela se retratava por meio das imagens e dos textos das redes sociais.

Edillyanne conta como rede de apoio no Brasil, quase que exclusivamente, uma amiga venezuelana, com quem dividia, naquele momento, um quarto na periferia do Rio de Janeiro. Sua amiga era com quem passava a maior parte do tempo, o que indica que teria pouco acesso ao português. Seus vídeos e fotos nas redes sociais eram sempre com outros refugiados venezuelanos. Percebi que ela era, de meus interlocutores, a que estava menos “integrada” a um “habitar o mundo” aqui no Brasil. Pude perceber, quase de imediato, que ela vivia, mais que qualquer um, uma vida em (des)locamento.

Seus vídeos e fotos nas redes sociais eram sempre com outros refugiados venezuelanos. Estava desempregada e, sem dinheiro, passava grande parte de seus dias em casa, contando com a ajuda de outras pessoas para sobreviver. Me disse assistir ao programa de televisão Casos de Família no celular, quando tinha acesso à internet para praticar seu português. Noto, também, por meio de nossas trocas de mensagens que ela teve pouco acesso ao espanhol formal e que pouco conseguia se comunicar em português. Todo esse contexto demonstrava a dificuldade de mulheres trans de acessar ferramentas, como o idioma, para facilitar o “habitar o mundo” no local de origem. A dificuldade em fazer amigos no Brasil, conseguir um trabalho formal e acessar cultura e lazer.

Na Venezuela, Edillyanne vivia em Mérida, cidade localizada ao norte do país, de 300 mil habitantes. Sobre a vida na Venezuela, suas negociações e seu “habitar o mundo” ela diz:

Eu sempre sou assim, eu sempre sou assim... não tive problemas. Com meu irmão, sim. Sempre a gente vivia brigando porque ele não gostava. Depois com o tempo ele foi entendendo que ya era isso. E nada, tudo tranquilo, normal. Nunca tive problema assim, de, ah, não, vou te mandar para rua porque você é assim. Sempre fui acolhida pela minha mãe. Na escola, quando eu decidi deixar crescer meu cabelo, já foi quando eu tinha 15 anos, quando eu comecei a botar brinco, deixar crescer meu cabelo, começar a me vestir de mulher. Normal, eu nunca tive problema com isso não. Não sei porque...(risos) (Edillyanne, entrevista, 23 de setembro de 2021).

Sobre as reticências e o silêncio na narrativa de Edillyanne, Bispo (2016) nos diz que,

(...) é no encobrimento gerado pelo silêncio que certas questões mais se revelam aos outros ao seu redor quando comparado a qualquer narrativa oral esclarecedora. Aparente paradoxo: o silêncio, a princípio, é aquele que esconde, que não deixa ver, nada nos diz. Porém, em um ou outro caso, as grandes tramas da vida emergem justamente naquilo que não é dito. O silêncio fala, e muito. Ele gera mais entendimentos do que muitas perguntas e suas possíveis respostas escorregadias (Bispo, 2016, p. 260).

Para o autor, essas expressões vagas, esses silêncios e eufemismos nos momentos de narrar sobre a vida, são formas de lidar com aquilo que provoca dor, evitando que dadas dores voltem à tona. Recorrendo a Pollak (1990), Bispo (2016) nos diz que o silêncio é uma ferramenta adotada por indivíduos que passaram por "experiências de rupturas radicais" para que possam continuar suas trajetórias em busca de uma sobrevivência (Bispo, 2016, p. 261). Para o autor, esse silêncio vai sendo revelado ao longo do tempo. O revelar, aqui, não tem o sentido de trazer algo à tona, mas de trazer sentido para a trajetória de sujeitos silenciados. Ora, todo refugiado vivencia rompimentos, com seus locais de origem, amigos e familiares.

Edillyanne cresceu na companhia de dois irmãos e sua mãe. Não fala muito sobre seu pai. Segundo ela, ele teria abandonado a família quando ela era muito pequena. Ademais, ela diz que eles tinham constantes desavenças devido a seu "jeito". A religiosidade é algo marcante em sua trajetória, pois, diariamente, ela faz postagens, agradecendo ou pedindo a Deus algum tipo de ajuda. Ela diz confiar muito em Deus, embora não frequente igreja alguma. A religião católica é algo que traz de sua mãe, que continua vivendo na Venezuela com seus dois irmãos.

Sua infância é marcada por relatos de conflitos com o irmão mais velho que não aceitava seu jeito de ser e frequentemente a agredia, o que se transformava em brigas terríveis. Ela diz que, aos 15 anos, começou a vestir roupas de mulher, deixou o cabelo crescer e passou a usar maquiagens. Eu consigo perceber em suas redes sociais que Edillyanne não manteve sua

identidade fixa ao gênero feminino desde esse período, performando, em alguns momentos, no gênero masculino.

Eu trabalhava independente, um quarto em minha casa como cabeleireira. Fazia cabelo das pessoas do bairro, das vizinhas. Trabalhava assim, independente, às vezes ia na casa das pessoas. Sempre tinha clientes, mas depois começou a crise e eu trabalhava e o dinheiro não dava para fazer minhas compras, comprar as minhas coisas, o que eu tava precisando... então tive que deixar Venezuela (Edillyanne, entrevista, 23 de setembro de 2021).

Continuei acompanhando as inúmeras mensagens que Edillyanne postava nas redes sociais, assim como mantendo nossas conversas pelo aplicativo de texto Whatsapp. Indaguei Edillyanne sobre sua percepção da transfobia na Venezuela. Nesse momento, seu silêncio rompe e ela me diz, “eu sofria preconceito, como todas as pessoas como eu”. Em seguida, ela narra um episódio em que foi hospitalizada por transfobia.

Ele pegou uma faca e acertou minhas costas. Sangrou muito... muito mesmo. Aí, eu tive que ir para o hospital de emergência porque tava sangrando muito. Aí eu fiquei no hospital uma semana. Na Venezuela tem mais homofobia, entendeu? Muito mais que aqui. Aqui não (Edillyanne, entrevista, 23 de setembro de 2021).

Comecei a perceber que o “normal” de Edillyanne era marcado por violência, discriminação e preconceito. Seu “normal” escondia episódios de bullying na escola, na família e nas ruas. Comecei a analisar com mais cautela as mensagens que ela trocava em seu perfil no Facebook. Ali, eu percebia que, quase diariamente, ela era atacada, ora por comentários transfóbicos, ora gordofóbicos. Todos partiam de falantes de espanhol.

Todos esses episódios eram enxergados e traduzidos por Edillyanne no campo da normalidade. Foi essa a forma que ela encontrou para “habitar o mundo”. Para ela, é normal que pessoas “como ela” passem pelo que ela passou.

Uma vez mais, recorro a Veena Das (2004) para compreender eventos críticos, que provocam grandes rupturas e seu impacto no “habitar o mundo” desses sujeitos. Para a autora, todo evento crítico tende a ser levado para o cotidiano das pessoas de modo ordinário e banalizado. Por isso o poder da narrativa de pessoas comuns: essas narrativas seriam formas de acessar violências mais profundas, praticadas pelo Estado e pelos tantos modos de opressão estruturais. Dentro da lógica de um “habitar o mundo” tocado pela violência, Veena Das (2020) busca compreender como essas pessoas reconfiguram a vida e “colam os cacos” a fim de reabitar o mundo. Para ela, existe uma sensibilidade na forma de narrar esses eventos que, nem sempre, é expressa

por palavras. A reconfiguração da vida leva esses sujeitos a desenvolverem outras formas de “habitar o mundo”. Seria, portanto, uma forma de expressar a dor, ocultando a dor. Esse seria um gerenciamento potente para habitar o mundo.

Ora, o silêncio de Edillyanne, assim como a forma com que narra os episódios de violência contra si, demonstram que ela já absorveu esse conhecimento e essa forma de habitar o mundo. São negociações que ela tece consigo mesma. Para Das (2020), esse silêncio seria uma forma consciente de lidar com a dor.

A chegada ao Brasil: trajetórias acidentais e negociações com a vida

A trajetória migratória de Edillyanne e suas amigas corrobora os argumentos de Palmeira (1975), autor que critica a ideia de linearidade, que permeia o imaginário de pessoas que se propõem a estudar questões migratórias. Para ele, a migração é sempre pensada de forma abreviada, considerando um ponto de partida e um ponto de chegada e, frequentemente, a trajetória dos indivíduos e suas nuances são deixadas de lado. Segundo Palmeira, essas categorias acabam se tornando rígidas e invariáveis. Por isso ele defende uma abordagem que leve em consideração as trajetórias, pois quando analisamos os caminhos percorridos por esses sujeitos, percebemos diversas clivagens que vão tomando sentido apenas no movimento. É, dessa forma, no deslocamento que eles se constituem.

A chegada de Edillyanne ao Brasil ocorreu de forma acidental. Inicialmente, sua intenção era ir para a Colômbia, mas o ônibus no qual viajava chegou à fronteira do Brasil e lhes foi anunciado que aquela seria a destinação final do seu trajeto. O dinheiro também tinha acabado. Ela disse que não sabia nada do Brasil antes de chegar aqui. Conhecía apenas a música, embora não entendesse nada do que era falado. Sua ideia era ir para a Colômbia, especialmente pela proximidade linguística que ambos os países dividem.

Foi uma coisa de louco, não sei... porque a gente taba indo para um país e depois fuimos em outro. E aí a gente começou, cara, como a gente conseguiu chegar aqui? Foi uma coisa, não sei, acho que foi da vida... não sei. Aí a gente continuou, a gente chegou aqui e continuou. Assim, a gente não sabia o idioma, a gente não sabia falar nada! Essa parte foi horrível! Não conseguia falar nada, não conhecia nada... estava na rua em um país que não conhecia nada (Edillyanne, entrevista, 20 de setembro de 2021).

A chegada acidental ao Brasil também exigiu negociações de Edillyanne com o Estado. Além de negociar com o inesperado, ela precisava “habitar o mundo” abruptamente. Assim descreve seus primeiros dias em Roraima, na fronteira com a Venezuela.

Minha vinda foi... muito difícil. Porque a gente veio sem saber onde a gente iba a ficar, entendeu? Aí, é... a gente pensava ir para a Colômbia, eu e uma amiga que é trans também. Aí a gente chegou aqui em Roraima... aí quando a gente llegó ahí, a gente ficou sem dinheiro. Foi muito difícil, a gente morou na rua mermo, entendeu? Foi quatro ou cinco dias morando na rua... porque a gente taba sem a documentação e tal... e a gente demorou pra ter isso aí (Edillyanne, entrevista, 20 de setembro de 2021).

Para Modesto (2016), as trajetórias de migrantes e refugiados são como folhas em branco, sendo a incerteza uma das principais características desses tipos de movimentos forçados. Por isso, ela propõe categorias fluidas para compreender tais deslocamentos.

Una de las primeras precisiones que abre la discusión en torno a la migración en tránsito es su carácter indeterminado. Es decir, es una condición indefinida donde el viaje es concebido como una ruta abierta, una travesía no planificada que produce incertidumbre, distorsiona los hábitos cotidianos e implica aprender a equilibrarse entre la sobrevivencia y el riesgo (Modesto, p. 81, 2017).

Ora, a chegada de Edillyanne e sua amiga ao Brasil, sem que soubessem nada sobre o país, aciona essa característica da qual Modesto fala. Em contextos de migrações forçadas não há possibilidade de lidar com o previsível. Por isso, a dificuldade de pensar em uma linearidade. Ao contrário de Jonny, que conseguiu prever, minimamente, suas possibilidades migratórias, refugiados tendem a se deslocar de zonas de risco para onde conseguem chegar. Modesto (2017) chama a atenção para as precariedades que marcam os deslocamentos no sul global. Para ela, o nível de incertezas é ainda maior quando comparado às políticas públicas que podem ser acionadas em países do norte global.

Edillyanne passou dois dias em um ônibus até chegar ao norte do Brasil. Quando chegou, precisou pegar uma carona para ir até Boa Vista, capital do estado.

Eu vim de ônibus, a gente ficou dois dias de ônibus, entendeu? A gente ficou em Roraima para fazer a documentação. Depois a gente ficou sem dinheiro para continuar... aí a gente conversou com uma pessoa que disse que a gente tinha que ir andando e pedir carona... cara, foi horrível! *Fue horrible, horrible!* Eu fiquei com muito medo. Medo de tudo... de ser morta e ninguém saber de mim (Edillyanne, entrevista, 20 de setembro de 2021).

O medo é uma das categorias que Edillyanne aciona para descrever sua chegada ao Brasil. Para Modesto (2016), os deslocamentos, marcados pela incerteza, mobilizam uma série de emoções nesses sujeitos. Essas emoções

estão emaranhadas em outras vulnerabilidades a que estão sujeitos. Ao propor uma categoria fluida às trajetórias migratórias, Modesto abre espaço para pensar nesses deslocamentos forçados como estar, constantemente, “em trânsito”. Esse conceito, que a autora toma emprestado de Rodriguez (2017), vai explicar as permanentes ida e vindas de migrantes e refugiados e as dificuldades de permanecer em um lugar de forma definitiva. Estar em trânsito seria resultado da falta de acesso a serviços, documentos, abrigos e dinheiro. Por isso, refugiados estariam sempre “de passagem” (Modesto, 2016, p. 83). Para comer, Edillyanne sempre contava com a ajuda de alguém, doações que vinham de outros venezuelanos que estavam nas ruas de Boa Vista.

Sobre o encontro com os agentes de fronteira, ela descreve um encontro “normal”. Segundo ela, na fronteira havia pessoas do governo e da OIM, a Organização Internacional para Migrações. Para a emissão de sua documentação, ela deu seu nome de nascimento. Na Venezuela, pessoas trans não têm o direito de ter seus nomes retificados. Por isso, em seu primeiro documento de chegada ao Brasil constava o nome Edgar.

Um mês depois, Edillyanne foi para o Rio de Janeiro. Seu deslocamento do norte do país faz parte do Programa de Interiorização do Governo Federal em parceria com o ACNUR. Ela disse que lhe ofereceram passagem para ir para a cidade. Já não aguentava mais estar em Boa Vista, dado que não havia possibilidade alguma de emprego. Chegou ao Rio de Janeiro onde se instalou com a amiga com quem vive até hoje.

A retificação de seu nome foi feita, mais tarde, com ajuda da ONG LGBT+Movimento. Fundada pela também pesquisadora Nathalia Antonucci, na cidade do Rio de Janeiro, LGBT+Movimento é uma organização que vem atendendo sujeitos refugiados que se auto identificam LGBTQIA+ que chegam à cidade. Segundo a autora e coordenadora, “uma de suas propostas é a articulação de redes de afeto, proteção e integração para estas na cidade do Rio de Janeiro” (Antonucci, 2021, p.153).

Andrade (2017), demonstrou que, na ausência de políticas públicas para refugiados LGBTQIA+, essas redes não-governamentais de apoio são essenciais para esses sujeitos. No caso de Edillyanne, foi por meio do apoio da ONG que ela conseguiu ter seu nome reconhecido em seus documentos.

No Brasil, Edillyanne ficou desempregada durante quase todo o ano de 2021. A causa da demissão teria sido um atestado médico que ela apresentou ao chefe. Entretanto, ela acredita que possa haver motivos transfóbicos em sua demissão. Seu futuro no Brasil ainda é incerto e ela continua (des)locada.

...sem trabalho eu não sei. Eu estava pensando em viajar para um outro país, mas eu não tinha o passaporte. Eu taba perguntando porque é difícil conseguir o passaporte por aqui, porque eu não

sei como que esse negócio é feito, entendeu? Ai, eu falei com uma amiga e ela procurou na internet... aí apareceu que é para refugiados e eu sou, eu sou... residente. E não sei se residente consegue (Edyllianne, comunicação pessoal, 05 de outubro de 2021).

Para Veena Das (2006), os passaportes são uma forma de garantir a manutenção das identidades dos sujeitos, assim como suas proveniências. Eles dão o acesso ou a recusa do acesso a determinados Estados. São expressão máxima do controle de fronteiras e fazem parte do controle de ir e vir. Edillyanne não tem acesso a seu passaporte e não consegue saber a razão. Para Das, é por meio desses documentos que o Estado se faz presente no cotidiano das pessoas, tornando-as legíveis ou ilegíveis de cidadania, de ir e vir. Ademais, esses mesmos documentos minam as identidades desses sujeitos.

Ao entrar no Brasil, não foi dada a Edillyanne a possibilidade de ter seu nome retificado, direito que só foi reconhecido anos mais tarde, com a ajuda da ONG LGBTMovimento. Na foto estampada no documento Cédula de Identidade de Estrangeiro, ela aparece de cabelos curtos, ainda Edgar. Figura na parte central do documento a palavra “temporário”, reforçando o caráter da provisoriedade de que fala Sayad. Soma-se a isso as incertezas em torno do mundo do trabalho e do mundo jurídico que não dá conta das experiências desses sujeitos.

Sobre seu status legal no Brasil, ela diz que,

...eu decidi ser residente porque, assim, eu conheci uma venezuelana na fronteira e aí, ela falou que ela tinha cinco anos morando aqui no Brasil. Aí eu perguntei para ela o que era melhor para fazer, se era refugiado ou residente. Ela falou que residente era melhor porque era alguma coisa como brasileiro. Hoje eu me arrependo porque o refugiado tem mais prioridade, entendeu? (Edyllianne, comunicação pessoal, 05 de outubro de 2021).

Edillyanne diz que sua amiga, que obteve o status de refugiada, não consegue ter conta em banco e, por esse motivo, ela preferiu ser residente. Isso demonstra que os movimentos migratórios do eixo Sul global têm nuances próprias que desafiam o escopo das análises hegemônicas sobre migrações, assim como o mundo jurídico e dos papéis do Estado. São documentos do Estado que não dão conta de representar os desafios encontrados por esses sujeitos em suas trajetórias.

Para Edillyanne, ser residente era algo “como ser brasileiro”. Ela negocia com o Estado a partir de sua percepção de mundo, a fim de evitar carregar mais um estigma. Ela procura afastar de si mais um estigma social, da imagem e do peso que o refugiado carrega consigo. Optar por este instrumento legal é, também, uma forma de agência.

A autorização de residência foi uma Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 19, de 23 de março de 2021, para facilitar a autorização de residência temporária de venezuelanos no Brasil. O documento tem validade de dois anos e, após o prazo, poderá ser convertido em residência permanente, desde que o indivíduo não apresente registros criminais no Brasil e comprove meios de subsistência. Nos grupos de Whatsapp, vi relatos de refugiados que teriam sido induzidos por autoridades na fronteira a solicitar esse tipo de permissão ao invés do refúgio.

Diante da situação e da falta de oportunidades de emprego no Rio de Janeiro, Edyllianne pegou um ônibus em direção ao Rio Grande do Sul em fevereiro de 2022. Nos falamos durante grande parte da viagem que durou quase dois dias. Apesar de muito cansada, ela disse não conseguir dormir. Estava ansiosa para chegar em seu novo destino onde seria acolhida por uma amiga. Entretanto, um mês depois fez a viagem de volta. As coisas não melhoraram e ela decidiu voltar para o Rio de Janeiro. Ainda continua sonhando em deixar o Brasil tão logo consiga um passaporte.

A trajetória de Edillyanne configura as incertezas que permeiam as trajetórias de refugiados LGBTQIA+, sobretudo, devido a sua identidade de gênero. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, as incertezas em torno da condição jurídica, além das dificuldades com o idioma, fazem dessas trajetórias um constante (des)locar-se. É a quarta vez que ela muda de cidade em busca de melhores oportunidades e, todavia, segue esperando.

Ancoro-me, uma vez mais, em Veena Das para pensar nas reconfigurações e negociações que refugiados LGBTQIA+ precisam estabelecer para “habitar o mundo”. A autora vai nos dizer que os traumas, resultado de eventos críticos, não cessam com o fim desses eventos. Eles “tentacularizam” para o cotidiano ordinário das pessoas. Ora, Edyllianne continua vivenciando as consequências das instabilidades econômico-sociais da Venezuela. Seja pelas contínuas mudanças desde que chegou aqui, pela insegurança econômica, falta de acesso a emprego e à educação, dificuldades com o idioma, transfobia. Nesse cenário, a religião é um instrumento ao qual ela se agarra para negociar com as incertezas da vida. Acreditar, diariamente, que dias melhores virão, assim como agradecer por mais um dia de vida.

A trajetória de Edyllianne, assim como sua vida e narrativa, é fragmentada e seus (des)locamentos não são apenas no espaço, mas nas subjetividades, nas suas performatividades. Conforme propõe Veena Das (2020), essa fragmentação é o testemunho que atesta a criatividade da vida e sua forma de reabitar o mundo. Seu “habitar o mundo” está nessas fragmentações. Se a concessão de refúgio em razão da sexualidade/identidade pode ser percebido como um avanço, a conquista de um direito, é possível perceber, por meio da história de Edillyanne, que ainda existem marcadores da diferença importantes dentro da própria sigla LGBTQIA+. Por isso, a importância de que mais vozes de pessoas trans sejam escutadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apartir da trajetória de Jonny e Edyllianne, refugiados venezuelanos LGBTQIA+, conseguimos perceber que, embora a sexualidade/identidade não tenham sido as razões pelas quais eles deixaram seus locais de origem, são traços que compõem centralidade em suas trajetórias e narrativas, matizes que se tornam importantes no “habitar o mundo” de ambos.

Percebemos que suas negociações começam a ser traçadas ainda em seus locais de origem, com suas famílias e afetos. Quando eles chegam ao Brasil, essas negociações tomam corpo diante de um agente de Estado, seja por meio da espera, decidida por eles mesmos em face do medo de uma possível deportação ou por negociações subjetivas, perpassando pelo afeto, pela religiosidade. Seus (des)locamentos não são apenas físicos, de uma fronteira a outra, mas, também, subjetivos, simbólicos. Edyllianne, por exemplo, negocia sua entrada no Brasil como Edgar. Hoje, habita o mundo como Edyllianne. Do mesmo modo, Jonny pode sonhar com seu casamento ou com a possibilidade de ficar no Brasil, negociando com a conjugalidade. São, portanto, diversas as fronteiras que são cruzadas.

Foi possível perceber que o medo das autoridades nos postos de controle ainda é uma ferramenta do Estado que opera subjetivamente no imaginário do migrante e do refugiado. Por isso, a necessidade de vínculos e redes de apoio no Brasil e o medo de ter sua narrativa negada pelo agente de elegibilidade. A ideia da suficiência é uma constante em sua trajetória. Ambos os interlocutores desta pesquisa, em algum momento, questionaram suas trajetórias a fim de alocá-las em uma categoria que corresponda àquilo que é dado como refugiado normativo pelo Estado, ainda que pela negativa, em contextos distintos.

Foi possível captar as dificuldades da trajetória de refugiadas trans. Ao contrário de Jonny, que hoje tem trabalho e, de alguma forma, já se encontra integrado no Brasil, Edyllianne não consegue emprego, tampouco amigos que possam ajudá-la com o português. Desde que chegou, depende da ajuda de outras pessoas para ter acesso à comida e moradia. No Rio de Janeiro não conseguiu trabalho, nem desenvolveu seu português. Espera encontrar oportunidades em uma cidade menor.

Por fim, que não existe um ponto de partida e um de chegada, que culmina na solicitação de refúgio. Os deslocamentos tampouco terminam quando eles acessam o Brasil. A trajetória de meus interlocutores mostra que a vida de um refugiado é cheia de meandros e que não pode ser descrita ou captada de forma linear. Não pode porque eles estão em contínuos (des)locamentos ou ameaças de (des)locamento, tanto no plano físico quanto no subjetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akin, Deniz (2019). Discursive Construction of Genuine LGBT Refugees. *Lambda Nordica*, vol. 23, n° 3-4, pp. 21-46. Recuperado de <https://doi.org/10.34041/ln.v23.549>

Andrade, Vítor (2017). Imigração e sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180900>.

Antonucci, Nathália (2020). ENTRECRUZAMENTOS ENTRE MIGRAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. Recuperado de chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25621/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nath%C3%A1lia%20Antonucci%20BIBLIO%20PDF%20FINAL%20-%20nathalia%20fonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Antonucci, Nathalia (2021). Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, vol. 29, n° 61, pp. 145-160. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006109>.

Becker, Howard S (1999). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª. ed. São Paulo, Brasil: Hucitec.

Bispo, Raphael (2016). Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível. *Etnográfica*, vol. 20, n° 2, pp. 251-274. Recuperado de <https://doi.org/10.4000/etnografica.4268>.

Butler, Judith (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora.

Das, Veena (2007). *Life and words: violence and the descente into the ordinary*. Los Angeles, Estados Unidos: Oxford.

Das, Veena & Poole, Deborah (2004). *Anthropology in the margins of the State*, School of American Research, Santa Fe, Estados Unidos: Oxford.

Eastmond, Marita (2007). Stories as Lived Experience: Narratives in Forced Migration Research. *Journal of Refugee Studies*, vol. 20, nº 2. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1093/jrs/fem007>

Fassin, D (2011). *Humanitarian reason. A moral history of the present*. Los Angeles: University of California Press. Los Angeles, Estados Unidos: University of California Press.

França, Isadora Lins (2017). “Refugiados LGBTI”: Direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. *Cadernos Pagu*, vol. 2017, nº 50. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650723>

Herlihy, Jane e Turner, Stuart (2007). ‘Memory and Seeking Asylum’. *European Journal of Psychotherapy and Counselling* vol. 9 nº 3, pp. 267–276. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/13642530701496872>

Ingold, Tim (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, vol. 18, nº 37. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>

Marcolino, Rafaela Ricardo Santos (2016). A representação do Brasil na telenovela: estudo de caso de Avenida Brasil. *Temática* vol. 12 nº 3. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/28208/15124>

Millbank, Jenni (2009). From Discretion to Disbelief: Recent Trends in Refugee Determinations on the Basis of Sexual Orientation in Australia and the United Kingdom. *The International Journal of Human Rights*, vol. 13, nº 2/3, pp. 391–414. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/13642980902758218>

Modesto, Williamson. (2017). Sentir en movimiento: emociones de mujeres centro-americanas em tránsito por Tapachula. *Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social do México*, Ciudad de México, México.

Nascimento, Daniel Braga (2017). *Refúgio LGBTI: boas práticas na declaração do status de refugiado*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/173291>.

Noll, Gregor (2006). Asylum Claims and the Translation of Culture into Politics. *International Law Journal* vol. 41, nº 3, pp. 491–502.

Palmeira, Moacir. (1977). Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* vol. 76, pp. 207-292.

Pimenta, Luiza (2020). *Direito e transexualidades: a alteração de nomes, seus papéis e negociações*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11714>

Piscitelli, Adriana (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, vol. (000), n. 47. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470005>

Pollack, Michael (1990). *L'expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris, França: Éditions Métailié.

Sayad, Abdelmalek (1999). *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris, França: Le Seuil.

Velho, Gilberto (1994). Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Coleção Antropologia Social, p. 137. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Weidner Maluf, Sônia (2021). Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. *Revista TOMO*, vol. 38, p. 251-285. Recuperado de <https://doi.org/10.21669/tomo.vi38.14280>